

**FACULDADE PATOS DE MINAS
DEPARTAMENTO GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

CAROLINA AMARAL SANTOS

**ENDIVIDAMENTO PESSOAL NO BRASIL COM ENFOQUE NAS CAUSAS E
AÇÕES PARA EVITÁ-LO**

**PATOS DE MINAS
2023**

CAROLINA AMARAL SANTOS

**ENDIVIDAMENTO PESSOAL NO BRASIL COM ENFOQUE NAS CAUSAS E
AÇÕES PARA EVITÁ-LO**

Artigo apresentado à Faculdade Patos de Minas como requisito para conclusão do Curso de Graduação em Administração para finalidade de obtenção do título de Bacharel, podendo gozar dos direitos de Administradora.

Orientador: Prof. Me. Osmar Braga
Trindade

**PATOS DE MINAS
2023**

FACULDADE PATOS DE MINAS
DEPARTAMENTO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
Curso Bacharelado em Administração

CAROLINA AMARAL SANTOS

**ENDIVIDAMENTO PESSOAL NO BRASIL COM ENFOQUE NAS CAUSAS E
AÇÕES PARA EVITÁ-LO**

Banca Examinadora do Curso de Bacharelado em Administração, composta em 27
de novembro de 2023.

Orientador: Prof. Me. Osmar Braga Trindade
Faculdade Patos de Minas

Examinador 1: Prof. Dr. Gabriel Sandino de Castro
Faculdade Patos de Minas

Examinadora 2: Profa. Dra. Luciana de Araújo Mendes Silva
Faculdade Patos de Minas

**ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO, APRESENTADO POR
CAROLINA AMARAL SANTOS
COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE BACHAREL EM
ADMINISTRAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO.**

Aos dias do mês e ano abaixo datado, reuniu-se, na Semana Acadêmica da ESUN, a Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Graduação em Administração da Faculdade Patos de Minas, constituída pelos professores abaixo assinados, na prova de defesa de seu trabalho de curso intitulado:

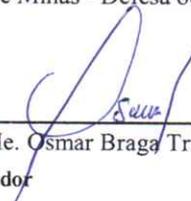
ENDIVIDAMENTO PESSOAL NO BRASIL COM ENFOQUE NAS CAUSAS E AÇÕES PARA EVITA-LO

Concluída a exposição, os examinadores arguíram alternadamente o graduando(a) sobre diversos aspectos da pesquisa e do trabalho, como REQUISITO PARCIAL DE CONCLUSÃO DE CURSO. Após a arguição, a comissão reuniu-se para avaliar o desempenho do(a) graduando(a), tendo chegado ao resultado, o(a) graduando(a)

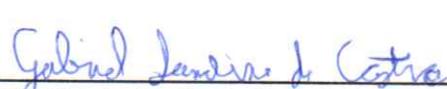
CAROLINA AMARAL SANTOS

foi considerado(a) (aprovada). Sendo verdade eu, Profa. Doutora Luciana de Araújo Mendes e Silva, Docente Chefe do Núcleo Científico do Curso de Administração, confirmo e lavro a presente ata, que assino juntamente com o Coordenador da Escola e os Membros da Banca Examinadora.

Patos de Minas - Defesa ocorrida em segunda-feira, 27 de novembro de 2023



Prof. Me. Osmar Braga Trindade
Orientador



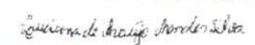
Prof. Dr. Gabriel Sandino de Castro
Examinador 1



Prof. Dra. Luciana de Araújo Mendes Silva
Examinador 2



Prof. Me. Unilson Gomes Soares
Coordenador da Escola Superior de Negócios



Prof. Dra. Luciana de Araújo Mendes Silva
Chefe do Núcleo Científico da Escola Superior de Negócios

Dedico este trabalho a todos os colegas Administradores e a todos “apaixonados” por finanças. Em especial dedico o presente trabalho ao meu orientador Prof. Me. Osmar Braga Trindade, suas orientações e correções foram de grande importância para a elaboração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Santíssima Trindade, sem a presença dela em minha vida, nada eu seria, nada conquistaria. Agradeço à minha querida mãe, Mônica, que é o maior exemplo de dedicação e esforço que tenho como referência, que em momentos difíceis sempre teve palavras de incentivo e apoio para que eu não desistisse da graduação.

Agradeço ao meu pai Paulo e irmão Guilherme que estiveram presentes nessa caminhada, torcendo por mim em todos os momentos.

Agradeço aos Professores que nos conduziram na construção do conhecimento ao longo desses quatro anos de curso, em particular ao Prof. Me. Osmar que aceitou o convite de me orientar neste projeto, e a Prof.^a Dra. Luciana que ministrou a disciplina de TCC.

Agradeço aos colegas da graduação que fizeram parte dessa jornada muitas vezes desafiadora, com um carinho especial aos colegas de curso e amigos Gabriel, Maria Vitoria, Rafaela e Laiany. As minhas queridas amigas de infância Vitória e Marielly que torcem para meu sucesso, demais amigos e parentes que se orgulham das minhas conquistas e sempre acreditaram em minha capacidade.

Agradeço a todos aqueles que passaram em minha vida e de alguma forma me ajudaram, incentivaram e participaram dessa jornada, todos vocês são lembrados de uma forma especial em minha memória.

Investir em conhecimento rende sempre os melhores juros.

Benjamin Franklin

ENDIVIDAMENTO PESSOAL NO BRASIL COM ENFOQUE NAS CAUSAS E AÇÕES PARA EVITÁ-LO

PERSONAL INDEBTEDNESS IN BRAZIL FOCUSING ON THE CAUSES AND ACTIONS TO AVOID IT

Carolina Amaral Santos¹

Osmar Braga da Trindade²

RESUMO

O endividamento pessoal no Brasil é uma preocupação crescente que afeta milhões de brasileiros. Vários fatores contribuem para esse cenário, incluindo taxas de juros elevadas, políticas econômicas instáveis e um histórico de baixa educação financeira. O acesso fácil ao crédito também desempenhou um papel importante no aumento do endividamento, com muitos consumidores recorrendo a empréstimos e cartões de crédito para atender às suas necessidades financeiras. Além disso, a crise econômica global, agravada pela pandemia de COVID-19, aprofundou os problemas de endividamento, levando a um aumento no número de inadimplentes e à deterioração das finanças pessoais. O artigo conduz o leitor de forma clara dentro das “subdivisões” do tema. Ao decorrer do artigo o leitor conseguiu “visualizar” os vários cenários que contribuem para o endividamento pessoal no país, além disso verá que evitar o endividamento não é uma tarefa impossível diante da literatura utilizada. Ainda foi apresentado como forma de mitigar o endividamento pessoal a busca de conhecimento teórico sobre matemática financeira, gestão de finanças pessoais, colocando em prática esse conhecimento no dia a dia. Também é falado de formas legais que o indivíduo pode utilizar a seu favor para sair da inadimplência.

Palavras-chave: Endividamento pessoal no Brasil. Educação financeira. Gestão financeira pessoal. Consumismo.

ABSTRACT

Personal debt in Brazil is a growing concern that affects millions of Brazilians. Several factors contribute to this scenario, including high interest rates, unstable economic policies and a history of low financial literacy. Easy access to credit has also played a major role in rising debt, with many consumers turning to loans and credit cards to meet their financial needs. Furthermore, the global economic crisis, worsened by the COVID-19 pandemic, has deepened debt problems, leading to an

¹ Graduanda em Administração. pela Faculdade Patos de Minas (FPM), carolina.21187@alunofpm.com.br

² Mestre em Administração e estratégia pela Faculdade Ciências Administrativas de Minas Gerais (FEAD). Docente e orientador do Departamento de Graduação em Administração da FPM. osmar.trindade@faculdadepatosdeminas.edu.br

increase in the number of defaulters and the deterioration of personal finances. The article clearly guides the reader within the “subdivisions” of the topic. Throughout the article, the reader will be able to “visualize” the various scenarios that contribute to personal debt in the country, and will also see that avoiding debt is not an impossible task given the literature used. The search for theoretical knowledge about financial mathematics, personal finance management, and putting this knowledge into practice in everyday life was also presented as a way to mitigate personal debt. It also talks about legal ways that the individual can use to their advantage to escape default.

Keywords: Personal indebtedness in Brazil. Financial education. Personal financial management. Consumer.

1 INTRODUÇÃO

É de conhecimento geral que a todo instante nasce alguém no mundo, aqui não é diferente, todas essas pessoas que nascem no país é um consumidor em potencial, este indivíduo muitas vezes não tem contato com a educação financeira em sua forma mais básica nem mesmo em seu lar, havendo altas chances de este mesmo sujeito ser alguém endividado, até mesmo tendo como única experiência o endividamento.

Sendo assim para iniciar esse estudo é válido conceituar os termos endividamento, inadimplência e educação financeira.

Segundo o dicionário online de português endividamento é o “aumento do valor ou da quantia de dívidas de um indivíduo, de uma empresa, do governo, etc.”, já de acordo com o minidicionário da língua portuguesa (BUENO, 2007), inadimplência é o “não cumprimento no prazo convencionado de todas as obrigações contratuais.”

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005) educação financeira é um processo no qual ajuda os indivíduos e a sociedade a melhorarem a forma de entender os conceitos e práticas financeiras, com informação e orientação, que a partir daí possam tomar ações e práticas de forma consciente para identificar oportunidades e riscos de endividamento, dessa maneira fazendo boas escolhas para seu bem-estar.

Tendo em vista que o endividamento pessoal no Brasil só cresce fica evidente que um dos grandes colaboradores para este cenário é a falta de conhecimento da população sobre finanças como aponta Silva (2022). Não se é dada a importância a temas como educação financeira ou gestão financeira pessoal no país.

Outro fator que contribuiu para o endividamento, foi a pandemia de Covid-19, agravando ainda mais a situação do endividamento no país, uma vez que muitas pessoas perderam seus empregos ou tiveram redução de salários, o que dificultou ainda mais o pagamento de dívidas (Banco do Brasil, 2020).

Como apontam Silva *et al.* (2020) o consumo sem limite, o uso do cartão de crédito, carnês, entre outras formas de parcelamento podem levar ao endividamento. Já para Fiorentini (2004) a renda média familiar e o comprometimento da mesma com coisas fúteis e questões econômicas no país são fatores geradores.

Diante dessa realidade, o intuito desse trabalho é informar e contribuir para a sociedade destacando as causas do endividamento pessoal no Brasil e ações simples que auxiliam a população a não se endividar.

O objetivo geral desse estudo é debater o endividamento pessoal em território nacional; tendo como objetivos específicos: caracterizar endividamento pessoal e verificar estatísticas no Brasil, verificar as principais causas (fatores de risco) associadas a ocorrência do endividamento, mencionar ações/estratégias para evitar o endividamento. Ou seja, responder a seguinte questão: Quais são os principais causadores do endividamento pessoal no Brasil e como podemos evitá-lo?

O trabalho se justifica pela relevância atual do tema, como pode ser aferido no site InforMoney através de dados levantados da Confederação de Bens, Serviços e Turismo (CNC) o total de lares endividados no Brasil no segundo semestre (mais especificamente em setembro) do ano de 2022 foi de 79,3%.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho é uma pesquisa bibliográfica que de acordo com o Pizzini *et al.* (2012) é uma revisão da literatura sobre as principais teses que norteiam um trabalho científico, através de levantamento da literatura acerca do tema abordado, pode ser realizada em livros, artigos, sites, revistas entre outras fontes.

A revisão bibliográfica conforme Rother (2007) tem sua importância no fato de fundamentar teoricamente um determinado objetivo. Ainda segundo o mesmo autor ela tem duas categorias diferentes, sendo: revisões narrativas ou sistemáticas.

Trata-se no caso do presente estudo de uma revisão narrativa que de acordo com Cordeiro *et al.* (2007) é tradicional quando se comparada a revisão sistemática, portanto é mais livre (até mesmo em questão temporal), não é exigido um processo

rígido e específico na busca das fontes. Tem como importância possibilitar desta maneira que o estudo em questão cumpra com seus objetivos (QUINTILIANO; ANTONIASSI JUNIOR; SILVA, 2023).

Integraram o trabalho acadêmico preferencialmente obras disponíveis, no Google Acadêmico, artigos, dicionários, livros, revistas, site e TCC's. Os termos utilizados para busca conforme descrição a seguir de termos com relevância para o tema.

Na busca de dados citada (Google Acadêmico), ao utilizar o termo endividamento pessoal no Brasil, foram encontradas 62.000 obras e destes selecionados 5, já para a busca com expressão educação financeira foram encontrados 898.000 resultados no qual foram selecionados 4 artigos, para o termo gestão financeira pessoal foram encontrados 720.000 resultados na qual 3 artigos foram selecionados e para a busca do termo cultura brasileira no endividamento pessoal foram encontrados 43.100 resultados no qual 3 artigos foram selecionados.

O critério para seleção destes artigos foi através da leitura dos títulos e resumos que atendiam aos objetivos do presente trabalho. Também foram utilizados um dicionário físico e online, sites confiáveis no banco de dados do Google e a biblioteca acadêmica digital da FPM.

3 CAUSAS DO ENDIVIDAMENTO PESSOAL NO BRASIL

3.1 Fatores culturais

Nesta seção trata-se dos fatores culturais que contribuem para o endividamento, como consumismo é incentivado e a falta de conhecimento sobre educação financeira.

De acordo com Carvalho (2016) um dos fatores que contribuem para o endividamento da população brasileira no que se refere a utilização de crédito e do próprio dinheiro é a cultura. Diz ainda que estes mesmos indivíduos vêm aumentando seu consumo de bens e serviços pela expansão de sua renda ou aumento do crédito no mercado, porém sem a educação financeira, eles não têm noção de quanto podem gastar e acabam endividados.

Segundo citado por Vieira (2016) de acordo com Souza e Torralvo (2008), o consumismo integra a cultura brasileira, consumismo pode ser entendido como uma

visão de curto prazo, ou seja, o consumidor neste caso leva em consideração o desejo momentâneo de adquirir o bem ou serviço sem pensar no retorno ou prejuízo a longo prazo desta ação.

Conforme o citado por Ancelmo (2022) de acordo com Bordieu (1983) a cultura do consumismo é tão presente em todas as relações e formas de expressão social incentivando o consumismo como forma de identidade para o mundo, induzindo as pessoas a seguirem a tendência, tomando este modelo como “verdade”, buscando se enquadrar no padrão onde seus bens se sobressaem ao indivíduo, ou seja, seus bens representam quem você é, não sua essência.

Para Pinheiro (2008), a educação financeira anda lado a lado com o endividamento pessoal, influenciando diretamente, o uso do conhecimento de finanças pode evitar o endividamento pessoal, auxiliando na gestão pessoal dos indivíduos que aplicam estes conhecimentos.

Sousa e Torralvo (2004) afirmam que a educação financeira, infelizmente, é pouco explorada no Brasil, sendo oferecida de formas restritas as disciplinas específicas e correlatas da literatura relacionada a gestão financeira pessoal a colégios, faculdades e MBAs praticamente de forma inexistente.

De acordo com Menasce (2020), uma das razões para as chances de endividamento é a falta da educação financeira, já que os mecanismos que o mercado apresenta tem uma certa complexidade no domínio, erros como o rotativo do cartão de crédito se transformam em dívidas difíceis de lidar e quanto menos educado financeiramente, maior a chance de cometer esse erro.

Ainda para Menasce (2020), outro erro comum cometido pela falta de conhecimento financeiro é o uso de ferramenta emergenciais. Como o crédito rotativo ou cheques especiais sendo usadas de forma errônea assim se tornando vilões da vida financeira, pois tem o maior juro do mercado, gerando a famosa “bola de neve”.

Para o Banco Central do Brasil (2019), em dezembro de 2018 o saldo total de cheque especial totalizou R\$ 21,98 bilhões dos quais R\$ 3,38 bilhões estavam inadimplentes. Este nível de inadimplência 15,36% é muito superior à média do total de operações de crédito - 3,25% para pessoas físicas, isso devido ao fácil acesso ao cheque especial que ocorre praticamente automaticamente nos casos de limites pré-aprovados.

Em conformidade com dados coletados no G1 (2018) 8 a cada 10 brasileiros devem no cartão, analisando o perfil do consumidor, sendo 78% das famílias que tem a renda familiar até 10 salários mínimos devem o cartão de crédito, contra 73% das famílias que ganham uma renda superior a 10 salários mínimos.

Negri (2023) menciona que é importante que a educação financeira seja praticada desde a infância, para que a pessoa saiba controlar seu próprio dinheiro. É importante impor metas e traçar objetivos com seu dinheiro, gastando de forma consciente, poupando e investindo para obter retornos financeiros. Culturalmente no país ignoram a importância que a educação financeira tem em suas vidas.

Santos (2018 *apud* SILVA, 2022) afirma que o baixo nível de conhecimento financeiro está ligado diretamente ao endividamento, dificuldades de ter reservas financeiras e criação de patrimônio, desse modo para desenvolver o orçamento equilibrado das finanças pessoais é necessário adquirir minimamente as noções básicas sobre este tema.

A influência da cultura no endividamento pessoal é um fenômeno complexo e multifacetado. A cultura atual é marcada pelo consumismo, pela influência da mídia e pela pressão social, que exercem um papel significativo na forma como as pessoas lidam com o dinheiro e se endividam.

A compreensão dessas influências culturais é fundamental para desenvolver estratégias de educação financeira e promover uma relação mais saudável com o dinheiro.

É essencial que as pessoas sejam encorajadas a questionar os valores culturais dominantes buscando um equilíbrio entre suas aspirações pessoais e suas capacidades financeiras, a fim de evitar o endividamento excessivo e suas consequências negativas para a qualidade de vida.

3.2 Fatores econômicos

Essa sessão trata-se da economia do país, o endividamento da união, as crises econômicas que contribuem para o endividamento pessoal, fatores políticos que interferem na economia nacional e a relação do indivíduo.

É necessário descrever como a economia nacional chegou na atualidade, de acordo com Matias (2023), a economia no século XV foi a exploração de recursos naturais nesse primeiro momento o pau-brasil. Em seguida no século XVI a atividade

econômica era o plantio a cana-de-açúcar e produção de açúcar no mesmo momento em que era cultivado, no século XVII a produção da cana-de-açúcar sofreu uma queda e a descoberta do ouro gerou a terceira atividade econômica a produção aurífera. Já no século XIX a principal atividade econômica foi a plantação e produção de café o que acarretou no acúmulo de capital no Sudeste possibilitando investimentos na atividade industrial, em 1920 com a crise cafeeira foi o momento para a industrialização brasileira que continua até hoje.

Conforme Bezerra (2023) a economia brasileira atualmente se divide em três setores: primário, secundário e terciário; hoje a economia do país se baseia na produção agrícola tornando o Brasil um grande exportador de soja, frango, suco de laranja, frutas tropicais, líder na produção de açúcar e produtos derivados da cana-de-açúcar e carnes.

Dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil (2023) apontam que nosso país está em 10º lugar no ranque do Fundo Monetário Internacional, este fundo tem como objetivo fornecer crescimento para os 189 países membros.

Linhares, Penna e Borges (2013) constatam que o endividamento da própria União é causado quando as receitas não são suficientes para cumprir com as despesas, durante décadas o que define o cenário econômico nacional foi o déficit, porém com a Constituição Federal de 1988 foram criados e desfrutados de mecanismos com propostas eficientes para mudar essa situação.

Ainda de acordo com os autores Linhares, Penna e Borges (2013), a região com menor renda do país é a região Nordeste que apresentou um constante endividamento em seus municípios, verificando o contexto econômico/ político até o início do ano 2000.

Além da própria economia de endividamento da União as crises econômicas por quais o país passou ou ainda passa tem sua contribuição para o endividamento pessoal, será citada algumas delas até atualidade.

A grande depressão (1929-1939) foi uma crise devastadora, iniciada com um colapso na Bolsa de Valores de Nova York em 29 de outubro de 1929, no país pouco desenvolvido tanto como um grande gerador econômico na época a exportação de café sendo o principal comprador os Estados Unidos, a exportação diminuiu drasticamente afetando a economia brasileira (GUIMARAES, 2020).

Crise da dívida externa (1980-1990) foi a crise resultante dos altos níveis do endividamento externo e altas taxas de juros gerando a desvalorização da moeda, o

aumento da inflação e cortes de gastos sociais, essa crise não afetou apenas nosso país mais vários países em desenvolvimento, principalmente os países da América Latina, esses países contraíram empréstimos externos para investir em infraestrutura e desenvolvimento econômico, mas devido a combinação taxa de juros elevados, desvalorização da moeda global, as quedas nas exportações não era possível pagar as dívidas externas, muitos países ficaram inadimplentes e tiveram que negociar suas dívidas com os credores internacionais (GUIMARAES, 2020).

Plano Collor (1990) nesse período o país passava por grande inflação chegando a 100% ao mês, o então presidente Fernando Collor de Melo lançou seu plano para combater a hiperinflação, as medidas que compunham o plano eram: privatização, controle sobre a flutuação de câmbio, alteração da moeda, fechamento de ministérios públicos e demissão de servidores públicos, abertura econômica e fim de subsídios estatais, retenção da poupança de depósitos superiores a 50 mil cruzeiros; o plano falhou e agravou a instabilidade econômica (GUIMARAES, 2020).

Crise Cambial (1998-1999) o Brasil enfrentou uma grave crise cambial e do setor financeiro que levou o país a recorrer o Fundo Monetário Internacional (FMI) para “sair” dessa crise financeira (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Crise financeira de 2008 foi uma crise global que impactou significativamente a economia brasileira em decorrência a crise a demanda de produtos brasileiros caiu, o que gerou a desvalorização da moeda (FREITAS, 2020).

Segundo Barbosa Filho (2017) a Crise fiscal é dividida em três grupos sendo o primeiro o esgotamento da NME a partir do final de 2014, o segundo grupo seria a crise de sustentabilidade da dívida pública doméstica em 2015, e o terceiro que foi a correção do populismo tarifário que demandou uma política monetária contracionista para o controle inflacionário após a perda de credibilidade do Banco Central, esses fatores levaram a economia brasileira a entrar em recessão enfrentando dessa maneira a crise fiscal.

Crise da COVID-19 o mundo entrou em pandemia devido à corona vírus, o que afetou a economia mundial sem falar no cenário de profunda tristeza, com muitas mortes sendo noticiadas todos os dias. No período da pandemia também ouvem falência de muitos negócios, grandes taxas de desemprego, também forte queda no comércio, flutuações significativas do câmbio, inversão dos fluxos de capital e um novo declínio do comércio internacional (KAUFMAN; LEIGH, 2020).

Ainda sobre a crise da COVID-19 a queda do Produto Interno Bruto brasileiro no segundo trimestre do ano de 2020 foi superior à esperada sendo de 9,7% (GUIMARAES, 2020).

Um dos mecanismos para mudar a situação de déficit da união é a Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000 (LINHARES; PENA; BORGES, 2013), é uma lei complementar que prescreve normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal de modo transparente com o intuito de prevenir riscos nas contas da União, onde estabelece toda a normativa acerca da gestão fiscal da nação aplicando-se no Poder Executivo, no Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, no Poder Judiciário e o Ministério Público.

Lima, Lima e Cruz (2016) em seu estudo mencionam a importância da transparência dos recursos públicos, que é a possibilidade que o cidadão tem de acompanhar as contas públicas e também a capacidade que os órgãos internos têm como fiscalizadores do órgão público.

A desigualdade econômica é um fator-chave na compreensão do endividamento pessoal. Indivíduos que enfrentam dificuldades econômicas podem recorrer ao crédito como uma forma de lidar com a escassez de recursos. A falta de oportunidades de emprego bem remuneradas, baixos salários e a falta de acesso a serviços financeiros adequados podem levar as pessoas a contrair dívidas para atender às suas necessidades básicas. Estudos, como "*Income Inequality and Household Indebtedness*" publicado na *Review of Income and Wealth*, demonstram que a desigualdade de renda está associada a um maior endividamento pessoal. (DE VITA; YUN, 2020)

Tendo em vista que a desigualdade tem grande peso para o endividamento, segue abaixo tabela na qual é possível analisar o endividamento entre os anos de 2012 a 2020, sendo o endividamento de menor renda aquelas famílias que recebem menos de 10 salários mínimos e o endividamento de maior renda famílias que recebem mais de 10 salários mínimos.

Tabela 1 - Percentual de endividamento anual (2012 a 2020)

Ano	Variável	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
2012	Endividamento geral	58,27%	1,36%	55,90%	60,70%
	Endividamento menor renda	59,46%	1,58%	56,87%	61,92%
	Endividamento maior renda	51,09%	2,09%	47,27%	54,65%
2013	Endividamento geral	62,53%	1,39%	60,20%	65,20%
	Endividamento menor renda	64,04%	1,46%	61,54%	66,36%
	Endividamento maior renda	55,25%	2,12%	52,88%	58,89%
2014	Endividamento geral	61,92%	1,58%	59,20%	63,60%
	Endividamento menor renda	63,49%	1,55%	60,62%	64,91%
	Endividamento maior renda	54,23%	2,40%	49,61%	57,63%
2015	Endividamento geral	61,10%	1,88%	57,50%	63,50%
	Endividamento menor renda	62,41%	2,06%	58,71%	65,14%
	Endividamento maior renda	54,83%	1,59%	50,77%	56,24%
2016	Endividamento geral	60,15%	0,76%	59,00%	61,60%
	Endividamento menor renda	61,70%	0,72%	60,81%	63,01%
	Endividamento maior renda	52,25%	1,52%	49,01%	54,44%
2017	Endividamento geral	60,80%	1,32%	58,60%	62,20%
	Endividamento menor renda	62,62%	1,17%	60,44%	64,09%
	Endividamento maior renda	51,67%	2,54%	47,06%	54,62%
2018	Endividamento geral	60,28%	0,86%	58,60%	61,30%
	Endividamento menor renda	61,62%	0,90%	60,05%	62,92%
	Endividamento maior renda	54,24%	1,69%	51,55%	56,32%
2019	Endividamento geral	63,63%	1,67%	60,10%	65,60%
	Endividamento menor renda	64,63%	1,71%	60,92%	66,61%
	Endividamento maior renda	59,44%	1,51%	57,10%	61,58%
2020	Endividamento geral	66,48%	0,77%	65,10%	67,50%
	Endividamento menor renda	67,78%	1,05%	66,04%	69,53%
	Endividamento maior renda	60,25%	1,37%	57,80%	62,33%

Fonte: Glad e Almeida (2021).

Com base na tabela anterior fica nítido que os índices de mais endividamento são apresentados nas famílias com menor renda em todo o período analisado, o maior índice de endividamento é em 2020 ano o mundo estava em pandemia esse índice chegou a 67,78%.

Nossa estrutura econômica é o capitalismo, que como sistema produtivo e econômico tem o consumismo como atividade que desenvolve economicamente a nação, tendo isso em mente a produção de bens é de extrema importância para que a estrutura funcione, por meio da produção e consumo e gerando empregos, também a arrecadação de impostos e outros fatores são influenciados por essa movimentação econômica (ANCELMO; FREITAS, 2022).

3.3 Fatores sociais

A presente seção trata-se de fatores sociais que colaboram para o endividamento pessoal, o meio social no qual a pessoa está inserida, a necessidade

de o indivíduo manter uma aparência que nem sempre condiz com sua realidade financeira.

Em base ao estudo de Piva e Borges (2012), a sociedade é cada vez mais “classificada” pelos bens que possuem, em frente essa realidade o consumismo desenfreado acarreta em problemas financeiros, muitas vezes um ciclo vicioso para manter uma aparência que não condiz com a realidade financeira do indivíduo.

Ainda de acordo com Piva e Borges (2012) muitas dessas pessoas que tentam manter uma falsa aparência socioeconômica tem vergonha de ter atitudes que melhorariam a forma que lidam com o dinheiro e ajudariam a manter tudo dentro do orçamento. Com por exemplo fazer a lista do mercado e usá-la no momento de realizar a compra utilizando também uma calculadora, em outras sociedades isso é uma atitude bastante comum, mas na nossa sociedade as pessoas que tentam manter um padrão de vida que não podem pagar sentem vergonha de ter essas simples atitudes com medo do que o outro irá pensar.

Em toda forma de expressão social, temos a cultura do consumismo sendo incentivada como forma de identidade no mundo, é estimulado que as pessoas sigam a moda, tendências, com intuito de gerar um comportamento social seguindo este estilo de vida, que mostra para o mundo sua cultura e personalidades através dos bens que possui e adquire (BORDIEU, 1938 *apud* ANCELMO; FREITAS, 2022).

4 AÇÕES PARA EVITAR O ENDIVIAMENTO PESSOAL

4.1 Conhecimento teórico em finanças

Esta seção trata-se da importância do conhecimento financeiro dos indivíduos a fim de adquirir conhecimento para evitar o endividamento e saber gerenciar seu dinheiro.

Todos os indivíduos deveriam saber como utilizar de forma sábia o dinheiro, já que para nossa subsistência ele é de extrema importância. No Brasil a gestão financeira pessoal é pouco explorada e incentivada, os indivíduos não sabem muitas vezes como utilizar o seu dinheiro de forma que fique dentro do orçamento, sem a existência de dívidas e também não sabem como fazer sua riqueza crescer, tendo isso em vista não é difícil conhecer ou até mesmo ser uma pessoa endividada em nosso país (ALVES; CARVALHO, 2020).

Com a educação financeira o indivíduo consegue gerenciar seus recursos financeiros, através de planejamento orçamentário, compreensão de termos como crédito, débito, orçamento, juros, investimento, poupar, entre outros. Afirma Cabral (2013) que não é a quantidade de dinheiro que a pessoa ganha que faz a diferença, mas sim a maneira que se trabalha com ele, quanto guarda, como o faz render, ou seja, como lida com o dinheiro que ganha.

Comumente o salário não sobra, pelo contrário ele falta através do mínimo entendimento de matemática financeira é possível analisar de maneira consciente e tomar decisões com o intuito de minimizar os gastos, desta maneira conseguir trabalhar com o seu dinheiro visando aumentá-lo independente do modo escolhido para a rentabilidade do salário (AZEVEDO, 2016).

O orçamento financeiro pessoal não é “um bicho de sete cabeças”, para Carlos Terceiro (2023) o orçamento pessoal nada mais é do que uma ferramenta de planejamento financeiro que tem como objetivo organizar as finanças e prever gastos, para que haja o equilíbrio entre a receita e as despesas, ao seguir seu orçamento pessoal você irá garantir que não irá gastar mais do que ganha.

O orçamento pessoal financeiro possibilita que o indivíduo entenda melhor sua situação financeira, identifique seus maiores e principais gastos, visualize seus hábitos de consumo, dessa maneira o sujeito tem a possibilidade de se prevenir contra imprevistos, se preparar com antecedência, afim de se planejar de forma ampla financeiramente (TERCEIRO, 2023).

Já para o Banco Central do Brasil (2022) o orçamento é o instrumento fundamental para que o sujeito comece a organizar suas finanças pessoais, pois é uma ferramenta visual do seu planejamento financeiro ou da falta dele, o Banco fala ainda que o método no qual você utiliza para esquematizar seu orçamento financeiro pode ser o que melhor se adequa a sua realidade, desde o lápis e o papel até planilhas de swofteres, o importante é criar o hábito e começar o seu orçamento de forma simples, anotar todas suas despesas, agrupá-las, anotar as receitas e planejar o próximo mês.

4.2 Ações no dia a dia

Esta seção discute ações simples, cotidianas que são pilares para a compreensão do não endividamento, como citado diversas vezes. Educação

financeira e o entendimento básico sobre finanças são subsídios significativos para entender a dinâmica do endividamento e a posterior inadimplência. O objetivo desta seção é aprender como funcionam na prática.

Como referido anteriormente nessa tese, o orçamento e o planejamento são fundamentais para uma relação saudável com o dinheiro; o planejamento financeiro bem estruturado permite que o indivíduo consiga gerenciar suas finanças, permitindo que ele visualize seus custos e receitas e a partir daí consiga se organizar para que seus custos não ultrapassem suas receitas, o planejamento possibilita parâmetros para reservas de emergência – o famoso “pé de meia”, férias, investimentos e muito mais sem ultrapassar seu orçamento (INFOMONEY, 2022).

O primeiro passo para que consiga se planejar financeiramente é entender como é o seu orçamento real, para esse entendimento é necessário fazer o levantamento de todas suas contas separando-as em grupos específicos, ou seja, custos fixos, custos variáveis, após fazer este levantamento é necessário fazer o mesmo com suas receitas (INFOMONEY, 2022).

Agora que você entende seu orçamento financeiro sabe exatamente quanto ganha, quanto gasta e como gasta, é capaz de fazer seu planejamento financeiro dentro da sua realidade tendo em vista suas metas e objetivos. Se diante da sua análise orçamentária e planejamento você visualizou gastos supérfluos que influencia negativamente seu orçamento e seu planejamento financeiro, você pode cortá-lo da sua vida financeira tendo em vista suas metas, objetivos e o não endividamento, além desses cortes de gastos você pode alimentar suas receitas (INFOMONEY, 2022).

Ter consciência da sua realidade financeira e a partir daí traçar estratégias para mudá-la para melhor é o primordial, você não precisa esperar ter uma receita x para ter esse entendimento, você como administrador da sua vida tem que saber aonde quer chegar até mesmo no aspecto financeiro, você tem que saber trabalhar com seu dinheiro, independente se sua receita mensal é R\$1.320,00 ou R\$50.000,00 traçando aonde você quer chegar e sabendo trabalhar de forma consciente e saudável com o seu dinheiro isso será possível (SILVA, 2019).

4.3 Medidas governamentais

Esta seção aborda as medidas governamentais a respeito do endividamento pessoal no país, as leis que tratam de assuntos relacionados, tendo em vista que as medidas governamentais para o endividamento da própria União são de extrema importância para a compreensão acerca desse tema, por esse motivo também será citada.

Como discutido anteriormente neste escrito a Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2021, e uma Lei complementar que tem como objetivo criar parâmetros para fiscalizar os gastos públicos, ou seja, da União; através dessa Lei é possível que qualquer indivíduo tenha acesso aos demonstrativos da União devido a transparência (TESOURO NACIONAL, 2020).

A LRF trata do endividamento da união, já para o endividamento pessoal temos a Lei Superendividamento nº 14.181/2021, que é a Lei que trata da temática do superendividamento, dá parâmetros para que o indivíduo possa evitá-lo e também discute possibilidades para sair dele (PLANALTO, 2021).

Decorrendo a Lei do Superendividamento verifica-se que os parâmetros dados são os seguintes: prevenção - medidas educativas a fim de evitar que a pessoa se super endivida, incrementação - através de um processo judicial a viabilidade da conciliação, isso é tentar um acordo, é oferecido pelo devedor um plano de pagamento ao credor – dentro de suas condições e facilidades e ainda a chance de suspensão de todas as cobranças sobre aquele devedor (BRASIL, 2021).

Vale ainda ressaltar que a renegociação é de até 60 meses prevista na Lei de Superendividamento abrange as seguintes dívidas: compras de consumo em geral (lojas), cartão de crédito, cheque especial, consignados, crédito direto, contas de água, luz, internet, telefone e não compreende as dívidas crédito rural, produtos ou serviços de luxo, nem financiamento imobiliários (RIBEIRO, 2022).

De acordo com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios a Lei de Superendividamento define como superendividamento a situação em que o consumidor de boa-fé assume que não tem probabilidade de arcar com todas as suas dívidas, sem comprometer o mínimo para sua sobrevivência (DISTRITO FEDERAL, 2023).

Outra medida do governo para auxiliar os endividados é a portaria nº634/2023 que contém diretrizes para o Programa Desenrola Brasil que é um programa de

renegociação de crédito descumprido, tendo como objetivo resgatar o crédito de devedores que tenham dívidas negativas, entre o período de 01/01/2019 a 31/12/2022 em bureau de crédito (BRASIL, 2023).

A portaria nº634/2023 é para operaciolização do programa Desenrola Brasil criado pela Medida Provisória nº1176/2023, a portaria estabelece duas faixas para adesão do programa, sendo a primeira faixa pessoas físicas com renda mensal igual ou inferior a dois salários mínimos, esteja dentro do período citado anteriormente, não abrange dívidas com garantia real, ou seja, crédito rural, financiamentos de imóveis e operações com risco de terceiros (BRASIL, 2023).

Já a segunda faixa e destinada a pessoas físicas no Âmbito Desenrola Brasil, poderão ser realizadas na plataforma digital ou nos canais indicados pelos agentes financeiros, as condições para essa faixa são: devedor com a renda mensal igual ou inferior a R\$ 20.000,00 – apurada pelos agentes financeiros, a data de contratação da operação de crédito deve ser até o dia 31 de dezembro de 2023 tendo o prazo mínimo de 13 meses para pagamento das operações, não se enquadra as dívidas relativas a crédito rural, dívidas que possuam garantia da União ou de entidades públicas, não tenha o risco de crédito assumido integralmente pelos agentes financeiros, tenha qualquer tipo de previsão de aporte de recursos públicos ou ainda tenha qualquer equalização de taxa de juros por parte da União (BRASIL, 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que os objetivos desse estudo foram alcançados, sendo discutidos os causadores o endividamento no país, que era o objetivo geral do trabalho.

O endividamento pessoal no Brasil é um desafio complexo que exige uma abordagem multifacetada para solucionar. Para reverter essa tendência preocupante, é necessário um esforço conjunto de indivíduos, governo e instituições financeiras.

Os consumidores devem priorizar a educação financeira, aprender a gerenciar suas finanças de forma responsável e evitar o endividamento excessivo. As instituições financeiras precisam adotar práticas de empréstimo mais responsáveis, incluindo a avaliação adequada da capacidade de pagamento dos clientes.

Além disso, políticas públicas que promovam a estabilidade econômica, a redução das taxas de juros e o estímulo à geração de empregos são fundamentais para aliviar o fardo do endividamento pessoal.

Em última análise, abordar o endividamento pessoal no Brasil requer um compromisso sério de todas as partes envolvidas para melhorar a educação financeira, promover políticas econômicas saudáveis e criar um ambiente que permita aos indivíduos administrarem suas finanças de maneira mais eficaz, reduzindo assim a pressão sobre as famílias brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALVES, Mylena Barreiros Epifânio; CARVALHO, Ana Barreiros. Finanças pessoais: um estudo sobre a relação entre o conhecimento de gestão financeira e o nível de endividamento pessoal. **Revista Valore**, Volta Redonda, v. 5, p. 340-354, 2020. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/867>. Acesso em: 11 jun. 2023.

ANCELMO, Lucia Aparecida; Freitas, Carlos Cesar Garcia. A cultura do consumismo e o endividamento excessivo: uma discussão sobre possíveis intervenções da educação financeira. **Research, Society and Development**, Paraná, v. 11, n. 11, p. 1-13, 28 ago. 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/32282/28599/378722>. Acesso em: 1 maio. 2023.

AZEVEDO, Gustavo Henrique Wanderley. **Matemática Financeira princípios e aplicações**, 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=PSNrDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=matem%C3%A1tica+financeira&ots=52fv4mtf9i&sig=aZEqBOrmcQYiWIDuuJKroUeunW0#v=onepage&q=matem%C3%A1tica%20financeira&f=false>. Acesso: 03 ago. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Como eu faço um orçamento pessoal ou familiar**. Brasília, DF, 2022. Disponível: https://aprendervalor.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira/cidadania_como_orcamento. Acesso em: 14 ago. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Educação Financeira em tempos de Covid-19**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira/emtemposdecoronavirus>. Acesso em: 23 abr. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Fundo Monetário Internacional**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/fmi>. Acesso em: 6 maio 2023.

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Utilização do cheque especial: perfil o usuário.** Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE044_Utilizacao_do_cheque_especial_perfil_dos_usuarios.pdf. Acesso em: 03 de maio de 2023.
- BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. **A crise econômica de 2014/2017.** Rio de Janeiro, 2017. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/BD4Nt6NXVr9y4v8tqZLJnDt/?lang=pt#>. Acesso em: 14 ago. 2023.
- BRASIL. Lei de responsabilidade Fiscal. **Tesouro Nacional**, Brasília, DF, 2020. Disponível: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/execucao-orcamentaria-e-financeira/lei-de-responsabilidade-fiscal>. Acesso em: 21 ago. 2023.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. **Publicada a portaria que regulamenta o programa desenrola Brasil.** Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/publicada-portaria-que-regulamenta-o-programa-desenrola>. Acesso em: 22 de ago. 2023.
- BRASIL. Portaria Normativa MF nº 634, de 27 de junho de 2023. **Diário oficial da união**, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-normativa-mf-n-634-de-27-de-junho-de-2023-492539907>. Acesso em: 22 de ago. 2023.
- BRASIL. Presidência da república Secretaria geral, Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 14.181, de 1º de junho de 2021.** Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14181.htm. Acesso em: 21 ago. 2023.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei e Responsabilidade Fiscal.** Brasília, DF, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 5 maio 2023.
- BEZERRA, Juliana. Economia do Brasil. **Toda Matéria**, 2023. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/economia-no-brasil/>. Acesso em: 6 maio 2023.
- BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa.** 2. ed. Bela Vista: FTD, 2007.
- CABRAL, Barbara B. **Educação Financeira:** o primeiro passo para o consumo consciente. Silo.tips. Bahia, v. 1, n. 2, out. 2013. Disponível em: <https://silo.tips/download/educacao-financeira-o-primeiro-passo-para-consumo-consciente>. Acesso em: 11 jun. 2023.
- CARVALHO, Marcília Gomes. Endividamento das famílias no brasil: aspectos econômicos e financeiro. **Revista Faete**, Teresina, v. 6, n. 9, p.1-15, nov. 2016. Disponível em: <http://www.faete.edu.br/papers/31>. Acesso em: 1 maio 2023.
- CORDEIRO, Alexandre Magno *et al.* Revisão sistêmica: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 428-

431, nov./dez. 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rcbc/a/CC6NRNtP3dKLgLPwcmV6Gf/?lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2023.

DE VITA, Glauco; YUN, Luo. **Financialization, household debt and income inequality**: Empirical evidence Centre for Business in Society. Coventry University, Coventry, UK. 2020. Acesso em: 01 maio 2023

DICIO – DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Significado de endividamento**. Porto: 7 Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/endividamento/>. Acesso: 5 abr. 2023.

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Superendividamento. Brasília, DF, 2021. Disponível em:

<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao->

[semanal/superendividamento#:~:text=A%20rec%C3%A9m%20aprovada%20Lei%2014.871,o%20m%C3%ADnimo%20para%20sua%20sobreviv%C3%A2ncia..](https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/superendividamento#:~:text=A%20rec%C3%A9m%20aprovada%20Lei%2014.871,o%20m%C3%ADnimo%20para%20sua%20sobreviv%C3%A2ncia..) Acesso em: 21 ago. 2023.

ESTADÃO CONTEÚDO. **Brasil atinge recordes de 79,3% de famílias endividadas e 30% de inadimplentes**: segundo a CNC, o aumento no endividamento em setembro foi provocado pela maior contratação de dívidas entre consumidores de renda média e baixa. São Paulo: InfoMoney, 2022. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/brasil-atinge-recordes-de-793-de-familias-endividadas-e-30-de-inadimplentes/>. Acesso: 28 fev. 2023.

FIORENTINI, Sandra Reina Bruno. **Inadimplência**: como evitar e resolver.

SEBRAE/ Saiba Mais, São Paulo, 2004. Disponível em:

<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Anexos/Cartilhas%20Agora%20Sou%20MEI/Inadimpl%C3%A2ncia%20-%20Como%20evitar%20e%20resolver.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2023.

FREITAS, Bruno Alexandre. **Crise financeira de 2008**: você sabe o que aconteceu? **Politizei**, 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/crise-financiera-de-2008/>. Acesso em: 14 de ago. 2023.

G1. **Quase 8 em cada 10 brasileiros devem no cartão de crédito, diz pesquisa**.

G1, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/educacao-financiera/noticia/quase-1-em-cada-8-brasileiros-deve-no-cartao-de-credito-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 3 maio 2023.

GUIMARAES, Arthur. Recessão: as piores crises econômicas no Brasil nos últimos 100 anos. **SUNO NOTÍCIAS**, 2020. Disponível em:

<https://www.suno.com.br/noticias/recessao-piores-criSES-economicas-brasil/>. Acesso em: 14 ago. 2023.

GLA, Matheus Eduardo; ALMEIDA, Neirilane Silva. Indicadores econômicos e sociais e o nível de endividamento do Brasil. **4º Compendio UFU de Contabilidade**, p. 1-19, Uberlândia, MG, 2021. Disponível em:

<https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/contufu2021.completo0171.pdf>. Acesso em: 2 set. 2023.

KAUFMAN, Martins; LEIGH, Daniel. Os desequilíbrios da economia mundial e a crise do COVID-19. **IMF Blog**, 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/pt/Blogs/Articles/2020/08/04/blog-global-rebalancing-and-the-covid19-crisis>. Acesso:14 ago. 2023.

LIMA, Marinely Costa; LIMA, Iran Jefferson Ribeiro; CRUZ, Vera Lúcia. Transparência das Contas Públicas: um Estudo Acerca do Cumprimento do art. 48 da LRF nos Municípios da Zona da Mata da Paraíba. SEMINÁRIO UFPE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, X, p.1-15, **Anais [...]** 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/SUCC/article/view/2790>. Acesso em: 04 maio 2023.

LINHARES, Fabricio; PENNA, Christiano; BORGES, Glenda Os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos municípios do Piauí. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro. v. 47, n. 6, p. 1359-1373, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/JxLMtchvmZ5nLYPQ57vRmjS/abstract/?lang=pt>. Acesso em:05 maio 2023.

MANASCE, Marcela. **Quais as principais causas do endividamento?** Blog eu em dia, Banco Santander, 2020. Disponível em: <https://blog.euemia.com.br/endividamento-das-familias/>. Acesso em:11 abr. 2023.

MATIAS, Átila. **Economia do Brasil**. Brasil Escola, 2023. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/economia-brasil.htm><https://brasilecola.uol.com.br/brasil/economia-brasil.htm>. Acesso em: 06 maio 2023.

NEGRI, Maria Clara; SILVA, Suellen Danubia e MENDES, Josiel. Educação financeira e o comportamento o consumidor. **Revista Ibero – Americana de Humanidade, Ciências e Educação**. São Paulo, v. 9, n. 2, p. 1-13, fev. 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/8525>. Acesso em: 16 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-OECD. **Recomendação sobre os princípios e as boas práticas de educação e conscientização financeira**. Tradução do anexo pela Comissão de Valores Mobiliários, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: [https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf). Acesso em: 02 abr. 2023.

Planejamento financeiro: o que é e como fazer. **InfoMony**, 2022. Disponível: <https://www.infomoney.com.br/guias/planejamento-financeiro/>. Acesso em: 14 ago. 2023.

PINHEIRO, Ricardo Pena. **Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão**. São Paulo: Peixoto Neto, 2008. Disponível em:

<https://www.fbss.org.br/dados/wwwfbs/artigos/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Previdenci%C3%A1ria%20e%20Financeira%20-%20a%20nova%20fronteira%20dos%20fundos%20de%20pens%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 4 maio 2023.

PIVA, Adriana Lisboa; BORGES, Paulo Roberto Santana. Educação financeira e seus benefícios. VII Encontro de Produção Científica e Tecnológica. Campo Mourão, Paraná, 2021. **Anais [...]**. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vii_epct/principal/CS/2COMPLETOS/C_economia.html. Acesso em: 11 jun. 2023.

PIZZANI, Luciana *et al.* A arte da pesquisa bibliográfica a busca o conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciências da Informação - UNICAMP**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 53-66, jul./dez. 2012. disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896/pdf_28 Acesso em: 14 abr. 2023.

QUINTILIANO, Julian Gonçalves, ANTONIASSE JUNIOR, Gilmar, SILVA, Luciana de Araújo Mendes. **Síndrome de burnout em professores**: um olhar para literatura com ênfase na necessidade de intervenção, Patos de Minas, v. 9, n. 1, p. 66-84, jan. 2023. Disponível em: <http://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/942/565>. Acesso em: 14 abr. 2023.

RIBEIRO, Mariane. Entenda como funciona a Lei do Superendividamento. **Folha de S.Paulo**, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/05/entenda-como-funciona-a-lei-do-superendividamento.shtml>. Acesso em: 22 ago. 2023.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão Sistemática x Revisão Narrativa. São Paulo, SP: Escola Paulista de Enfermagem. **Acta Paulista de Enfermagem**. São Paulo, v. 20, n. 2, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/>. Acesso em: 23 abr. 2023.

SCHWARCZ, Lilian Moritz, e STARLING, Heloisa Murgel **Brasil**: uma biografia. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015 disponível em: <https://elivros.love/livro/baixar-livro-brasil-uma-biografia-lilia-moritz-schwarcz-em-epub-pdf-mobi-ou-ler-online>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SILVA, Allan Gabriel Cunha; ALMEIA, Vinicius Cesar Oliveira. Gestão financeira: um estudo sobre finanças pessoais como ferramenta para evitar o endividamento. **Libertas; Revista de Ciências Sociais Aplicadas**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 1-22, ago./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.famig.edu.br/index.php/libertas/article/view/281/208>. Acesso em: 18 mar. 2023.

SILVA, Ariana Cristina *et al.* Qualidade e vida e endividamento. **Desafio online**, Campo Grande, v. 8, n. 2, p. 353-376, maio/ago. 2020. Disponível em:

<https://desafioonline.ufms.br/index.php/deson/article/view/9473/7810>. Acesso em: 16 mar. 2023.

SILVA, Daniel Ferreira. **Finanças Pessoais e a educação financeira na modernidade líquida**: as concepções de estudantes universitários. Caruaru, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/47732/1/TCC%20-%20Daniel%20Ferreira%20da%20Silva.docx.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2023.

SILVA, Yasmin Sobrinho. **Educação Financeira: a importância da estabilidade financeira na vida dos universitários**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/47569/47569.PDF>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SOUSA, Almir Ferreira de; TORRALVO, Caio Fragata. A gestão dos próprios recursos e a importância do planejamento financeiro pessoal. In: SEMED, VII. 2004. **Anais** São Paulo: USP/FEA/PPGA, 2004. Disponível em: <https://sistema.semead.com.br/7semead/>. Acesso em: 04 maio 2023.

VIEIRA, Erasmo Geraldo Fonseca. Qualidade de vida e endividamento: estilos de vida associados ao descontrole financeiro e consequências na vida pessoal e profissional. **REUNA**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 24-62, jun. 2016. Disponível em: <https://revistas.una.br/reuna/article/view/784>. Acesso em: 01 maio 2023.

TERCEIRO, Carlos. Orçamento pessoal: o que é e como fazê-lo agora? **Mobilis by totó**. 2023. Disponível em: <https://www.mobills.com.br/blog/planejamento-financeiro/orcamento-pessoal/#:~:text=Um%20or%C3%A7amento%20pessoal%20%C3%A9%20uma,suas%20despesas%20%C3%A0s%20suas%20receitas>. Acesso em: 14 ago. 2023.

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA**Autor Orientando:**

Carolina Amaral Santos

Rua Pedro Nolasco da Silva, n° 92, Planalto, Patos de Minas, Minas Gerais.

(34) 9 9687-3734

carolina.21187@alunofpm.com.br

santoscarolina43215678@gmail.com

Autor Orientador:

Osmar Braga Trindade

Rua Alcides Pereira da Silveira, n° 29, Jardim Centro, Patos de Minas, Minas Gerais

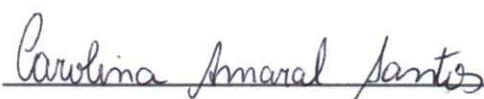
(34) 9 9223-0055

osmar.trindade@faculdadepatosdeminas.edu.br

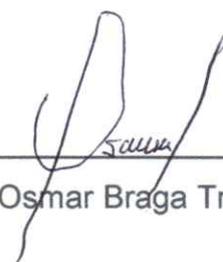
DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Patos de Minas, 27 de novembro de 2023.



Carolina Amaral Santos

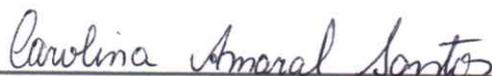


Osmar Braga Trindade

**DECLARAÇÃO DAS DEVIDAS MODIFICAÇÕES EXPOSTAS EM DEFESA
PÚBLICA**

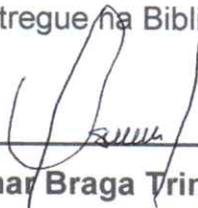
Eu, Carolina Amaral Santos, matriculado sob o número 21187 da FPM, DECLARO que efetuei as correções propostas pelos membros da Banca Examinadora de Defesa Pública do meu TCC intitulado: ENVIDAMENTO PESSOAL NO BRASIL COM ENFOQUE NAS CAUSAS E AÇÕES PARA EVITA-LÓ.

E ainda, declaro que o TCC contém os elementos obrigatórios exigidos nas Normas de Elaboração de TCC e que foi realizada a revisão gramatical exigida no Curso de Graduação em Administração da Faculdade Patos de Minas.



Carolina Amaral Santos
Graduanda Concluinte do Curso

DECLARO, na qualidade de Orientador(a) que o presente trabalho está **AUTORIZADO** a ser entregue na Biblioteca, como versão final.



Osmar Braga Trindade
Professor Orientador